

Índice

Nota Prévia	5
Siglas	7
Introdução.....	9

PARTE I

O ENVOLVIMENTO DE AGENTES ECONÓMICOS NA COMISSÃO DE CRIMES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO I

BREVE APONTAMENTO HISTÓRICO - OS JULGAMENTOS DE NUREMBERGA.....	15
1. Considerações preliminares.....	15
2. Os julgamentos mais relevantes.....	17
2.1. O caso <i>Flick</i>	17
2.2. O caso <i>Ministries</i>	20
2.3. O caso <i>IG Farben</i>	22
2.4. O caso <i>Zyklon B</i>	26
3. A importância destes precedentes.....	29

CAPÍTULO II

CENÁRIOS TÍPICOS DE ENVOLVIMENTO	33
1. A «cumplicidade empresarial»	33
2. O fornecimento de meios para a comissão de crimes internacionais.....	36
2.1. Fornecimento direto de armamento.....	36
2.1.1. Introdução.....	36
2.1.2. O caso <i>Kouwenhoven</i> na Libéria.....	37
2.2. Fornecimento de bens e de serviços instrumentais para a comissão de crimes internacionais	38

2.2.1. Introdução.....	38
2.2.2. O caso <i>van Anraat</i> no Iraque	39
2.2.3. O caso <i>South African Apartheid Litigation</i> na África do Sul.....	41
2.3. Financiamento de entidades que cometem crimes internacionais.....	43
3. Cooperação para garantir interesses económicos	45
3.1. Recrutamento de serviços de segurança	45
3.1.1. Introdução.....	45
3.1.2. O caso <i>Unocal</i> em Myanmar	46
3.1.3. O caso <i>Chiquita Brands</i> na Colômbia	48
3.2. Prestação de auxílio para salvaguardar posições económicas.....	50
3.2.1. Introdução.....	50
3.2.2. O caso <i>Lafarge</i> na Síria.....	50
3.2.3. O caso <i>Anvil Mining</i> na República Democrática do Congo.....	51
3.2.4. O caso <i>Anglogold</i> na República Democrática do Congo.....	52
4. O incitamento a conflitos internos, regionais e internacionais	53

CAPÍTULO III

A PASSAGEM DE UMA MERA RESPONSABILIDADE MORAL A UMA EFETIVA RESPONSABILIDADE JURÍDICA.....	57
1. Considerações preliminares.....	57
2. Instrumentos a nível nacional — a importância do <i>Alien Tort Claims Act</i> dos EUA.....	58
3. Instrumentos a nível internacional.....	61
3.1. As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.....	61
3.2. A Declaração Tripartida sobre Empresas Multinacionais da OIT	64
3.3. Iniciativas no seio da ONU.....	66
3.3.1. Sanções impostas pelo CSNU	66
3.3.2. O <i>Global Compact</i>	67
3.3.3. Os princípios norteadores da ONU sobre empresas e direitos humanos	69
3.3.4. Relatórios de painéis de peritos da ONU.....	70
3.4. Códigos Voluntários de Conduta.....	70

CAPÍTULO IV

O PAPEL DO SISTEMA DE DIREITO INTERNACIONAL PENAL	73
1. Considerações preliminares.....	73
2. A alegada insuficiência e ineficácia da intervenção do sistema de direito internacional penal nesta matéria	78

3. A cumplicidade de agentes económicos individuais, segundo o Estatuto de Roma, como tema central desta dissertação	84
3.1. A primazia conferida ao Estatuto de Roma e ao Tribunal Penal Internacional	85
3.2. A responsabilidade penal individual de agentes económicos	88
3.3. A cumplicidade como forma de responsabilidade central neste estudo	91

PARTE II

ENTRE NEUTRALIDADE E CUMPLICIDADE

CAPÍTULO V

A CUMPLICIDADE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL PENAL	97
1. A evolução de um modelo unitário para um modelo diferenciado de autoria	97
2. A cumplicidade nos julgamentos de Nuremberga	100
3. A cumplicidade em instrumentos internacionais posteriores	101
4. A jurisprudência do TPIJ e do TPIR	102
4.1. Introdução	102
4.2. O <i>actus reus</i> da cumplicidade	104
4.2.1. O comportamento do cúmplice	104
4.2.2. A imputação do comportamento do cúmplice ao crime: o critério do efeito substancial	109
4.3. A <i>mens rea</i> da cumplicidade: o critério do conhecimento	112
4.3.1. O conhecimento como elemento preponderante no domínio da cumplicidade	112
4.3.2. O grau de conhecimento exigido	115
5. O Estatuto de Roma	117
5.1. A cumplicidade segundo o artigo 25.º, n.º 3, alínea <i>c</i>), do Estatuto de Roma	117
5.1.1. Introdução	117
5.1.2. O <i>actus reus</i> da cumplicidade	117
5.1.3. A <i>mens rea</i> da cumplicidade: o critério do <i>propósito</i>	121
5.2. A contribuição para um crime coletivo como forma residual de cumplicidade (artigo 25.º, n.º 3, alínea <i>d</i>), do Estatuto de Roma) ...	127

CAPÍTULO VI

O DISTANCIAMENTO NORMATIVO E A NEUTRALIDADE DE CONTRIBUIÇÕES DE AGENTES ECONÓMICOS.....	129
1. Colocação do problema.....	129
2. Neutralidade e cumplicidade nos ordenamentos jurídicos de matriz anglo-saxónica: o exemplo norte-americano	131
3. Neutralidade e cumplicidade nos ordenamentos jurídicos de matriz romano-germânica: o debate alemão	133
4. Desconstrução do argumento da neutralidade das contribuições económicas potenciadoras de crimes internacionais.....	137
4.1. Ponto prévio.....	137
4.2. Primeiro passo: a distinção entre condutas neutras e condutas com relevância criminal <i>per se</i>	138
4.3. Segundo passo: a possível transformação de condutas objetivamente neutras em condutas com relevância criminal	141
4.3.1. O papel secundário da natureza da contribuição.....	141
4.3.2. A preponderância de elementos subjetivos	144
5. Neutralidade e cenários típicos de envolvimento	148

CAPÍTULO VII

O DISTANCIAMENTO CAUSAL E O <i>ACTUS REUS</i> DA CUMPLICIDADE.....	153
1. O distanciamento causal como possível obstáculo no plano da imputação objetiva	153
2. O impacto de uma contribuição económica na comissão de um crime internacional.....	155
2.1. Ponto de partida	155
2.2. Concretização do critério do efeito substancial face a contribuições de agentes económicos potenciadoras de crimes internacionais	156
2.2.1. O efeito substancial de contribuições prestadas por agentes económicos.....	156
2.2.2. Critérios relevantes para a comprovação da existência de um efeito substancial.....	157
2.2.2.1. Natureza da entidade beneficiária	157
2.2.2.2. Natureza da contribuição prestada.....	159
3. Efeito substancial e cenários típicos de envolvimento	160

CAPÍTULO VIII

O DISTANCIAMENTO VOLITIVO E A <i>MENS REA</i> DA CUMPLICIDADE	165
1. Considerações preliminares	165
2. O artigo 30.º do Estatuto de Roma	166
2.1. Introdução	166
2.2. O elemento intelectual	167
2.2.1. Noção.....	167
2.2.2. Conhecimento face às circunstâncias.....	167
2.2.3. Conhecimento face aos efeitos	169
2.3. O elemento volitivo.....	171
2.3.1. Noção	171
2.3.2. Intenção relativamente à conduta.....	171
2.3.3. Intenção relativamente aos efeitos	172
2.3.3.1. Noção	172
2.3.3.2. A inclusão do dolo direto	172
2.3.3.3. O debate em torno do dolo eventual e da <i>recklessness</i> .	173
3. O distanciamento volitivo como possível obstáculo para a responsabilização de agentes económicos.....	177
3.1. O distanciamento volitivo	177
3.2. <i>Mens rea</i> e cenários típicos de envolvimento	178
Conclusão.....	185
Abstract	191
Bibliografia.....	193
A. Principais obras e artigos consultados.....	193
B. Outros documentos consultados.....	198
C. Principal jurisprudência consultada	200